

## **A ação da polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS) e um ensaio sobre o Diário de Notícias no período da repressão.**

*Luana dos Anjos Pereira<sup>1</sup>*

### **INTRODUÇÃO**

Compreender as análises e estudos historiográficos sobre a Ditadura salazarista é de suma importância para se entender a História Contemporânea e o processo político de Portugal. A partir disso, faz-se necessário analisar o período do Estado Novo que resultou em uma redemocratização que se constituiu em um processo gradativo e foi através dele que a sociedade pode ter de volta vários direitos que ao decorrer do regime autoritário foram retirados.

A pesquisa pretende colaborar com a ampliação e desenvolvimento das obras historiográficas brasileiras em relação à história contemporânea de Portugal. Reconhecemos que ainda são bem escassas as produções brasileiras em relação ao período do Estado Novo em Portugal. Portanto, para esse trabalho, serão analisadas as matérias/editoriais sobre a Polícia Internacional de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança (PIDE/DGS) publicada no jornal Diário de Notícias.

Constituída a partir de 1932, a ditadura salazarista, como era chamada, nasceu do golpe militar de 28 de maio de 1926, derrubando a I República portuguesa e instituindo a chamada Ditadura Nacional Militar, que se transformou em um regime ditatorial civil erigido pelo chefe do governo, António de Oliveira Salazar. Desse modo, em 1928, Salazar tornou-se Ministro das Finanças da ditadura civil com o passar dos tempos Salazar passou a cuidar não somente dos assuntos financeiros, mas também de temas político. Aprovada em 1933, uma nova constituição estabeleceu o início do Estado Novo e veio consagrar um ditador que exerceu um intenso controle sobre o Estado, a economia e a sociedade.

Após a criação da nova Constituição salazarista observou-se a perda da liberdade de expressão, do direito à greve e à restrição da ação de alguns órgãos de poder, como a

---

<sup>1</sup>Graduanda em História Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão. Bolsista CNPq pelo projeto: O Colapso da Ditadura através da Imprensa: Uma Análise Comparativa entre os casos de Portugal e do Brasil. Membro do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC/UEMA), coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Piccolo. E-mail: [anjosluana@outlook.com](mailto:anjosluana@outlook.com)

Assembleia Nacional. Diante disso, o poder do Presidente da República passou a ser figurativo. Nesse contexto, a autoridade estava reunida nas mãos do Primeiro Ministro.

Em substituição a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) fora criada, em 1945, a PIDE no auge do Estado Novo: A PIDE conservou da sua antecessora a instrução preparatória dos processos respeitantes a esses delitos, cabendo-lhe ainda colaborar com a Polícia Judiciária (PJ) e as polícias estrangeiras na perseguição de prevaricadores internacionais (PIMENTEL, 2011, p.140).

Ainda de acordo com a nova Constituição, regulamentou-se o papel do Estado como intermediador entre o operariado e o patronato, o que resultou no esvaziamento dos sindicatos profissionais como órgãos de representação. Dessa maneira era uma forma de conter os conflitos de classe. “Nem a Abrilada de 1961<sup>2</sup>, nem o atentado em Lisboa de 4 de julho de 1937<sup>3</sup> conseguiram provocar aquilo que uma vulgar queda da cadeira provocou, tirar o poder das mãos de Salazar” (KOVÁČ, 1981, p.4). Em 1958 o governo aboliu o direito ao voto. Logo depois, a recusa de Salazar em conceder independência às colônias africanas deu início a guerras de libertação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.

Portanto é correto dizer que a autonomia explica em parte a longevidade do regime, a resistência do Salazarismo a um mundo em constante mudança e, como consequência, a lenta agonia que precedeu seu fim. Operado em 4 de setembro de 1968 ao hematoma cerebral causado pela queda de uma cadeira de lona no verão desse ano, Salazar, piora e os médicos declaram a sua incapacidade física permanente para o exercício da função. (ROSAS, 1998, p.485)

O chamado Estado Novo sobreviveu mesmo após a morte do seu mentor, em 1968, pois continuou sob a vigência do seu sucessor, Marcello Caetano, período da chamada “Primavera Marcelista”. As ideias políticas de Caetano não eram muito distintas do seu antecessor Salazar. No entanto, Marcelo Caetano faz algumas divisões acerca das liberdades que o país tanto esperava serem restauradas, focando nas liberdades “maioritárias”, uma vez que acreditava que estas eram as prioridades. Desta forma, seu objetivo era proteger a liberdade da classe dominante.

---

<sup>2</sup>Tentativa de golpe de Estado ocorrida em Portugal, em abril de 1961.

<sup>3</sup>Um atentado mal executado por parte dos comunistas.

O comando de Caetano conteve alguns poderes policiais, a PIDE passou a chamar-se DGS (Direção-geral de Segurança):

No último período da vida da polícia política, correspondente ao período em que Marcelo Caetano foi presidente do conselho, a PIDE foi substituída, em 1969, pela Direção-Geral de Segurança (DGS), depois reorganizada, em 1972. Continuou, porém, com os mesmos poderes da sua antecessora. No entanto, o prazo da prisão preventiva passou a ser mais curto, ficando esta polícia com três meses para instruir os processos (ADEMAR; ARANHA, 2014, p.23)

Apesar das investidas de Marcelo em um governo reformista, ele acabou perdendo o apoio dos liberais após uma fraude nas eleições de 1969<sup>4</sup> na Assembleia Nacional, pode-se verificar que a Assembleia ainda estava dominada pelos eleitos na lista do regime.

Não obstante, a “Primavera Marcelista”<sup>5</sup> foi derrubada pela Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1974, iniciaram as agitações quando algumas tropas começaram a se posicionar perto do palácio do governo, objetivando tomá-lo de forma muito rápida. Em Lisboa, no dia 25 de abril de 1974, uma insurreição militar cirúrgica derrotou, em menos de vinte e quatro horas, um regime ditatorial longo de quase cinco décadas, incapaz de oferecer resistência. (ARCARY, 2014, p. 235). A polícia política PIDE/DGS foi logo um objeto de reivindicação e criminalização.

Partindo desse contexto histórico, compreende-se que os estudos acerca do Estado Novo e, especialmente da ação da PIDE/DGS são essenciais para entender o que foi a Ditadura Estado Novista, período de repressão e autoritarismo.

O uso do jornal *Diário de Notícias* na pesquisa irá ajudar a entender como agia o periódico em relação à polícia política portuguesa que serviu, por um lado, para intimidar e, deste modo, prevenir a contestação pública ao regime e, por outro lado, para destruir a oposição contra o Estado Novo. A análise do Diário de Notícias, jornal de grande circulação irá proporcionar o entendimento da dinâmica da política portuguesa. A partir dessa análise ficará mais clara a função da imprensa escrita no regime do salazarismo.

---

<sup>4</sup>Pelo fato de não ter sido eleito nenhum deputado da oposição, acreditou-se que as eleições teriam sido fraudadas.

<sup>5</sup> O governo de Marcelo Caetano foi marcado por muitas mudanças e reformas, por isso, ficou conhecido como Primavera Marcelista.

## O DIÁRIO DE NOTÍCIAS COMO UM APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

Os pontos teóricos trabalhados no projeto evidenciam fundamentos a respeito do Estado e suas repartições. Portanto, a partir das leituras bibliográficas referentes ao período de (1968-1975) pôde se perceber o grau de censura desenvolvido pela PIDE/DGS sob as páginas do jornal *Diário de Notícias*. Tal processo, segundo a perspectiva gramsciana é referente ao que o teórico italiano chama de “aparelho privado de hegemonia” em prol de estabelecer pela Sociedade Civil um consenso que seja favorável à classe dominante da época.

Gramsci desenvolveu a teoria do Estado Ampliado, ideia fundamental para explicar que o Estado não compreende somente ao aparelho jurídico de comando e repressão, caracterizado como “Sociedade Política”, mas também a “Sociedade Civil” que seria um conjunto de organizações responsáveis pela elaboração ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos e etc... A Sociedade Civil e a Sociedade Política vão se configurar em um equilíbrio para a melhor compreensão do Estado Ampliado. Desse modo, segundo Carlos Nelson Coutinho, a Sociedade Política será o Estado em seu sentido limitado ou Estado- Coerção: b

A Sociedade Civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa), etc. (COUTINHO, 1989, p.76).

Gramsci distingue essas esferas em dois momentos, o primeiro vai ser na função em que exercem na vida social e a suas relações de poder. No entanto, antes de mencionar a segunda distinção, é importante ressaltar que ambas se assemelham no modo em que buscam aliados, através da sua hegemonia, ou seja, buscam aliados mediante a direção política e o consenso. Na segunda diferenciação, Gramsci destaca que a Sociedade Política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado controlados pela burocracia e o poder policial- militar. Já a Sociedade Civil se utiliza dos “aparelhos privados de hegemonia”:

A sociedade política é o aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não consentem nem ativa nem

passivamente, mas que é constituído para toda sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção [nos aparelhos privados de hegemonia] quando fracassa o consenso espontâneo. (COUTINHO, 1989, p.78)

Em Gramsci, o conceito de hegemonia refere-se aos meios e processos através dos quais a classe social dominante integra a sua concepção de mundo às "massas instrumentais". Portanto, hegemonia significa, deste modo, organização do consenso. Ou seja, uma classe ou fração de classe no poder torna-se efetivamente hegemônica a partir do momento em que consegue obter, tanto por parte das classes aliadas, quanto por parte das classes menores, uma identidade destas com a sua concepção ideológica de dominação; quando sua visão de mundo particular se universaliza, sendo compartilhada como próprias pelas demais classes. Tal conexão, por sua vez, no quadro de um essencial exercício hegemônico, não se dá sobre uma base ideológica abstrata, no sentido de uma pura e simples aceitação com os conteúdos do discurso dominante, mas implica na existência de benefícios concretos no campo da existência material das classes dirigidas, na satisfação de algumas das suas aspirações de ordem econômica, política e culturais mais imediatas, ou seja, numa coerência orgânica de tais classes.

O Estado surge, dessa forma, como instância garantidora da manutenção de uma hegemonia, na medida em que lhe cabe criar as condições necessárias de materialização dos conteúdos e práticas constituintes do projeto político-ideológico de expansão da classe hegemônica. Em termos Gramscianos: a função do Estado é “educar o consenso” das classes dominadas; fazer com que tais classes compartilhem a visão de mundo da classe que exerce a hegemonia.

## **ESTRUTURA DA PIDE/DGS**

A Polícia política de Salazar e Caetano não investigava para prender, mas sim prendia para investigar. Os interrogatórios eram sob torturas, como o isolamento em cela, a do sono, estátua e a dos espancamentos. Vale ressaltar que antes da PIDE existia a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) criada em 29 de agosto de 1933:

A partir de junho de 1934, foram ainda atribuídas a PVDE competências prisionais, sendo criada, no seu seio, uma secção de presos políticos e sociais, bem como de controlo da atividade dos empregadores de emigrantes

clandestinos e da circulação de passaportes falsos (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.12).

O campo do Tarrafal era para onde a PVDE mandava alguns de seus presos políticos, uma espécie de campo de concentração:

O objetivo principal desse tipo de campo era eliminar (no sentido etimológico do termo *eliminare*, que significa em lati <<fazer sair>>) ou neutralizar, fazendo desaparecer (*exterminare*), do corpo social qualquer pessoa considerada politicamente, “racionalmente” ou socialmente suspeita. (ARANHA; ADEMAR, 2014, p. 13).

Após a II Guerra Mundial, Salazar fizera algumas modificações em seu regime, uma delas foi a substituição da PVDE pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) que centralizou todos os organismos com funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado. Uns dos principais alvos da polícia política eram os comunistas. A partir dos anos 1960 a situação se agravou, houve muitos jovens comunistas do Partido Comunista Português (PCP) preso, entre eles, operários, estudantes, intelectuais e etc.

Ao abordar sobre as torturas que a PIDE exercia, os autores relatam que até nas torturas existia a luta de classes, uma vez que “a luta de classes tão detestada por Salazar, nunca deixou de estar presente no seio da PIDE, que tratava diferentemente operários, camponeses, intelectuais, burgueses, homens e mulheres” (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.19).

Através de uma entrevista com um dos torturados foi possível saber que a PIDE/DGS mantinha relações com a CIA por meio de manuais de tortura que a CIA fornecia para a PIDE/DGS:

Foi sobretudo utilizada à tortura <<científica>>da privação, em parte aprendida, a partir de 1957 com a CIA: a privação de movimento, ou estátua, a privação de dormir ou tortura do sono, e a privação de contatos com o exterior, ou isolamento (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.18)

Já no governo de Marcelo Caetano, sucessor de Salazar, a PIDE passou a chamar-se de Direção – Geral de Segurança (DGS). Em 1972, a DGS passa por uma reorganização, mas continua com os mesmos poderes de sua antecessora PIDE. Na época do marcelismo aumentaram-se as atividades opositoras ao regime, mas também aumentaram a repressão e a violência da PIDE/DGS:

Terrível foi o caso de José Pedro Soares, preso em 1 de junho de 1971. A então DGS resolveu levar quase ao limite quer o tempo quer o grau de violência da tortura neste preso, o que motivou, aliás, que o seu caso fosse levado à Assembleia Nacional, por deputados da Ala Liberal que pediram um inquérito às condições prisionais e à actuação da PIDE/DGS. (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.24)

Sobre os torturadores da PIDE/DGS, irão ser classificados como pessoas “normais”, porém com um prévio afastamento de seu grupo familiar, escolar e etc., como destacado por “um dos elementos da PIDE confessou que, quando entrava ao serviço nessa polícia, mudava totalmente, esquecendo crenças, valores e amizades” (ARANHA; ADEMAR, 2014, p.25) Foi então somente em 1974 com a Revolução dos Cravos, que se abriu o processo de redemocratização, que a PIDE foi então criminalizada.

## **O DIÁRIO DE NOTÍCIAS NO PERÍODO DA REPRESSÃO**

O *Diário de Notícias* nasceu em 29 de dezembro de 1864. Seu fundador, Eduardo Coelho, exerceu um papel essencial na evolução industrial da imprensa, pois desenvolveu alguns mecanismos para administrar o jornal. Pressupunha que se a tiragem aumentasse, as despesas conservavam-se aproximadamente as mesmas e, portanto, o preço de custo de cada exemplar seria menos elevado. Logo, com maior tiragem haveria mais anúncios que poderiam ser mais caros, de modo que para embolsar maiores lucros, bastaria baixar o preço e dirigi-lo a uma ampla camada de leitores.

O *Diário de Notícias* também procurou inovar em seu conteúdo:

Eliminando o artigo de fundo, que definia o posicionamento político de um jornal; não sustentando polémicas nem discutindo política; eliminando a linguagem quente e, por vezes, ofensiva, suscitada pelas paixões políticas, em favor de uma atitude neutral, cordata, urbana, contida e politicamente independente; procurando registar os acontecimentos factualmente e «com a possível verdade»; oferecendo, com concisão, informações e notícias sobre os quais todos podiam tecer opiniões, em vez de (raramente...) disponibilizar teorias e opiniões prontas a consumir (...) (SOUSA, 2011, p. 66).

No entanto, apesar dos fundadores do *Diário de Notícias* terem feito um empenho para afastá-lo de conceitos políticos, é com uma imagem colada ao regime que o jornal vai

atravessar o extenso período do Estado Novo (1926-1974), estando nele publicada uma série de ilustres entrevistas feita por António Ferro ao ditador português, Oliveira Salazar. Ferro, diretor do Secretariado de Propaganda Nacional, entrevistaria ainda Mussolini e Hitler para o jornal, que tinha passado a ser conduzida por Augusto de Castro, uma destacável figura política do Estado Novo, mantendo-se à frente do periódico, com algumas interrupções, até 1971:

Pode vossa excelência contar com a minha dedicação e a vontade decidida de corresponder à distinção de que fui objecto. Procurarei dar o meu melhor, servir o meu país, o mesmo é dizer colaborar incondicionalmente com vossa excelência na tarefa nacional que pesa sobre os seus ombros (GOMES, 2014, p.40)

Nesse contexto, de 1971 e até 1974, o *DN* teria como diretor Fernando Fragoso, em um período de mudança no jornalismo português, em grande medida em virtude da disparidade de ideologias políticas que ganharam peso neste momento, com os fatos relacionados com o maio de 1968 e as revoltas estudantis. Logo, apesar do controle das mídias não ter diminuído no percurso da repartição de Marcelo Caetano (que sucede a Salazar em 1968), do qual a continuação da censura (que passa a chamar-se exame prévio) é uma das aparências mais evidentes, a verdade é que, neste período, as redações dos jornais vão sofrer algumas alterações, como o aumento do número de jornalistas e da presença de mulheres nas redações. (GOMES, 2012, p.370).

Novamente, o *DN*, já pioneiro de vendas entre os periódicos nacionais, afasta-se do modelo predominante, no alcance em que as suas “pesadas estruturas empresariais e históricas dependências editoriais relativamente ao poder político” o “resguardaram das transformações em curso”, contribuindo para “manter quase intocáveis antigas culturas redatoriais formalizadas e hierarquizadas, praticamente vedadas em relação a novas admissões” (Baptista, 2012, p. 222).

Ainda sobre a censura durante o Estado Novo, Mário Mesquita vai escrever que “a censura desvalorizava, duplamente, a profissão de jornalista (...), pelo que a 25 de Abril o estado moral da profissão não era o mais desejável. Sob Salazar e Caetano – escreve Mário Mesquita – alguns jornais e jornalistas resistiram, na medida das suas possibilidades e do espaço de livre expressão que lhes era concedido. Mas também houve quem se corrompesse. A maioria ficou pelo meio termo – se é que o meio termo existia ou existe. Isto é: acomodou-se, procurando não se aviltar” (MESQUITA, 1988, p. 94, apud FIGUEREDO, 2007, p.40)

É em meio a essas conturbações descritas que o *Diário de Notícias* perpassa pela época da Ditadura Salazarista e o Marcelismo, com publicações “razoáveis” por conta da censura do regime. No entanto, a partir de 1974, o jornal sobre a direção de Fernando Fragoso, que vai enfrentar duras transformações dentro do jornal e uma forte reação contra a sua permanência no periódico. O jornal irá passar por várias modificações por conta do processo revolucionário em curso, e por conta de opiniões divergentes dentro do jornal, que era fortemente ligado com o regime ditatorial, essas diferenças ideológicas irão gerar um clima de tensão no *DN*.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com as análises feitas nesse artigo, pode-se constatar que o *Diário de Notícias* era um grande instrumento do Estado Novo. Suas características ideológicas e assim como seus editoriais, sustentavam o regime vigente, visto que, o jornal estava sob as mãos de um grupo econômico ligado ao regime de Marcelo Caetano. Sendo assim, de acordo com a perspectiva gramsciana, o *Diário de Notícias* era um aparelho privado de hegemonia que garantia o consenso com o objetivo de sustentar esse regime ditatorial.

O Estado Novo preocupava-se em ocultar a realidade das coisas, portanto, ele se utilizava da PIDE/DGS para manter um controle sob a sociedade e também dos Meios de Comunicação Sociais nacionais e internacionais. Desse modo o estado se utilizava de todos os mecanismos para estabelecer uma censura prévia, anulando e cortando tudo o que fosse contra a imagem do regime, não apenas isso, mas também para promover uma aparência positiva da realidade apresentando-a como verdadeira.

## REFERÊNCIAS:

ARANHA, Ana; ADEMAR, Carlos. **No limite da dor. A tortura nas prisões da PIDE.** Lisboa: Editora Parsifal, Lda, 2014.

ARCARY, Valerio. **O outro 25 de abril e as diretas já.** In. Outros tempos, vol. 11, n17, 2014, p.230-245.

BAPTISTA, C. **Apogeu, Morte e Ressureição da Política nos Jornais Portugueses.** Do Século XIX ao Marcelino. Lisboa: Editora Escritório, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci. Um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: CAMPUS, 1989.

FIGUEREDO, João. **Os Jornais como Actores Políticos. O Diário de Notícias, Expresso e Jornal Novo no verão quente de 1975.** Coimbra: Editora MinervaCoimbra, Edição 2007.

GOMES, Pedro Marques. **Os saneamentos Políticos no Diário de Notícias.** Lisboa: Editora Alêtheia Editores, 2014.

KOVÁČ, Michael. **Marcelismo no Estado Novo – A governação de Marcelo Caetano.** Artigo publicado nos anais do 5º ano do curso da Língua e Literatura Portuguesa, 1981.

ROSAS, Fernando. **História de Portugal. v.7. O Estado Novo (1926-1974).** Editorial Estampa 1998.

SOUSA, J. P. Eduardo Coelho, um inovador no jornalismo português oitocentista – o caso do *Diário de Notícias*. In: CABRERA, A. (Org.). **Jornais, Jornalistas e Jornalismo (Séculos XIX e XX).** Lisboa: Livros Horizonte, p. 53-83, 2011.

